

**AUDIÊNCIA DA FNAP NA  
COMISSÃO DE AGRICULTURA E PESCAS**

**NOTA DE ABERTURA**

**Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas, Deputado  
Pedro do Carmo;**

**Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados da Comissão de  
Agricultura e Pescas.**

Em nome dos Apicultores Portugueses e das suas organizações, em nome da Federação Nacional de Apicultores de Portugal, da sua Direção e em meu nome pessoal, gostava de começar por agradecer a disponibilidade de V. Exas.

A Apicultura Portuguesa é uma atividade do setor primário, implantada em todo o Portugal Continental e nas Regiões Autónomas.

A Apicultura é uma atividade económica chave para a coesão territorial.

Sendo uma atividade económica totalmente compatível com a conservação da natureza, que não produz quaisquer externalidades negativas do ponto de vista

ambiental, é essencial para a desejada sustentabilidade ambiental, social e económica dos territórios rurais do nosso país.

A Apicultura é, simultaneamente, uma atividade com tradição e uma atividade que se soube modernizar e atualizar, ou seja, que se profissionalizou. A Apicultura é uma atividade que pode ter futuro em Portugal.

Mas para que tal aconteça, a Apicultura tem que ser equiparada às restantes atividades pecuárias. Os Apicultores terão de estar em pé de igualdade com os restantes produtores pecuários e agrícolas. O que os Apicultores portugueses reivindicam é igualdade de tratamento e igualdade de acesso às ajudas.

Estando sujeitos aos mesmos condicionalismos produtivos e ao mesmo mercado global, não podem negar-se aos apicultores portugueses, as ajudas comunitárias que chegam aos apicultores de outros Estados Membros. E não é preciso atravessar a União Europeia para encontrar aquilo que reivindicamos. Basta atravessar a fronteira: os Apicultores de Espanha (que têm hoje mais de 100.000 colmeias instaladas em Portugal) recebem ajudas agroambientais desde há muito. Deste lado, em Portugal, nada!

Nada, nada a fazer, é também a resposta que ouvimos sempre que reivindicámos o Gasóleo Agrícola para a Apicultura, especialmente para as empresas que investiram, que se profissionalizaram e que hoje se confrontam com a escalada do preço dos combustíveis. Estes representam atualmente mais de 25% do custo

de produção, quando em 2018 eram 16%. A este respeito, boas notícias chegam dos Açores, com o Governo Regional a assumir o compromisso de incluir os apicultores da região nos beneficiários do Gasóleo Agrícola.

Voltando aquilo que hoje aqui nos traz, as atuais e futuras ajudas ao sector apícola.

O Plano Estratégico da PAC, vulgo PEPAC, é a ferramenta que vai definir como serão aplicados os apoios comunitários para a agricultura portuguesa no período compreendido entre 2023 e 2027. Analisar este extenso e importante documento, foi difícil e moroso, mas a FNAP fê-lo.

A partir daí o sentimento foi de frustração. O PEPAC não contém uma ideia, uma estratégia e tão pouco define um caminho para aquilo que o Ministério da Agricultura e da Alimentação entende poder vir a ser a atividade apícola em Portugal.

Para a FNAP é evidente que apenas ajudas que tenham em consideração a especificidade da apicultura nacional e tenham como beneficiários diretos os apicultores portugueses, poderão, de facto, contribuir para a promoção e valorização da apicultura e dos serviços ecossistémicos proporcionados pela atividade – não é essa a opção do PEPAC.

No PEPAC a realidade é outra. No que respeita à Apicultura, o PEPAC é revelador de um preocupante desconhecimento acerca da importância desta atividade, e da sua capacidade de influenciar de forma positiva a sustentabilidade económica, ambiental e social do país.

Para a FNAP, é hoje claro, que ocorreu um *deficit* naquilo que devia ter sido a necessária avaliação prévia dos instrumentos de apoio atualmente existentes, nomeadamente da Operação 7.12.1 do PDR 2020 (apoio agroambiental à Apicultura), mas também do atual Programa Apícola Nacional 2020/2022.

Ficou também por fazer um trabalho prévio e sério de auscultação dos representantes do sector.

A futura intervenção setorial para a Apicultura é a continuação do atual Programa Apícola Nacional. Trata-se de uma ajuda histórica, de grande importância para o setor, e que foi fundamental para a sua afirmação e modernização desde que foi criado em 1998. Mas resumir os apoios à Apicultura no PEPAC a esta ferramenta é insuficiente, pois são outros os desafios, são diferentes as necessidades e são outros os tempos.

Não incluir no PEPAC uma medida de apoio agroambiental para a Apicultura, só pode ser resultado de uma falha na avaliação. Se é incontestável que a adesão à anterior medida agroambiental nunca atingiu os mínimos desejáveis, isso ficou a dever-se ao seu modelo de funcionamento: um apoio pago à superfície, ou

seja, que condiciona o acesso dos apicultores à apresentação da titularidade do parcelário – 95 % dos apiários dos apicultores portugueses estão localizados em parcelas com outros usos e outros titulares, como a FNAP sempre indicou.

Sabendo-se que desde 2019, a Comissão Europeia passou a prever a possibilidade das ajudas poderem vir a ser pagas à colmeia, o anterior modelo de ajuda deixou de fazer sentido, abrindo caminho à implementação de uma ajuda de cariz ambiental dirigida aos apicultores.

Então porque é que o PEPAC não prevê uma medida agroambiental para a Apicultura? Uma medida da mais elementar justiça e perfeitamente enquadrada numa PAC que se quer verde e sustentável?

Para a FNAP, nada justifica esta situação, uma vez que Portugal dispõe de uma base de dados informatizada, o Registo da Atividade Apícola, o qual contém, por exemplo, a localização georreferenciada de todos os apiários. Acresce que o enquadramento legal da Atividade Apícola prevê a atribuição de um “número de registo de apicultor”, o qual identifica a exploração, devendo para tal estar aposto em local bem visível em todos os apiários. Este número identifica também a unidade de produção e processamento dos produtos da exploração.

Parece-nos falta de sensibilidade e falta de vontade. A FNAP apresentou uma proposta de Medida agroambiental em 2019. Esta nunca obteve qualquer resposta por parte das entidades competentes. Esta proposta de medida

agroambiental para a apicultura, é dirigida aos apicultores portugueses, inclui compromissos a eles atribuídos e tem como objetivo promover a prática de uma apicultura sustentável, assente na utilização da subespécie autóctone de abelha e de outros recursos endógenos (como os matos).

Face ao acima exposto, considerando o atual contexto Europeu e Internacional, enquanto as ajudas ao sector apícola português se resumirem a uma intervenção setorial, o Programa Apícola Nacional, não será possível ter um setor competitivo, nem será possível assegurar um futuro aos mais de 1.000 jovens apicultores cujos projetos de investimento estão a ganhar maturidade. Sim, senhores Deputados, durante o PRODER, e nos primeiros anos de execução do PDR 2020, foram apoiados mais de 1.000 projetos de investimento de Apicultura, os quais significaram um investimento de 71 milhões de Euros, dos quais 22 milhões foram para Jovens Apicultores.

Vamos deixar cair este investimento no futuro do País?

Para finalizar, e porque o Mel Português continua a ser exportado, uma palavra para a importância da concentração da oferta e das organizações de produtores. Atualmente, verifica-se um baixíssimo nível de adesão dos apicultores às 4 organizações de produtores reconhecidas no setor do mel. Sim, é necessário que se alterem mentalidades, não o escondemos, esse é um trabalho que nos cabe a nós. Trabalhar em conjunto, formar e capacitar melhores lideranças é algo fundamental. Mas só isso não chega. É necessário que o atual enquadramento

legal acompanhe a necessária adaptação. Não nos podemos cingir ao cumprimento de obrigações legais, por parte das organizações e dos seus membros. Cada vez mais e nos mais variados sectores económicos e sociais, o foco deve ser a obtenção de resultados, neste caso pelas organizações de produtores.

Muito obrigado pela vossa atenção.